

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*
Maceió - Alagoas - Brasil
Universidade Federal de Alagoas
Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

O (DIS)CURSO OFICIAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DE ALAGOAS NOS PRIMEIROS ANOS DA REPÚBLICA

Jacyelle Karinne Bento - UFAL
jacyellekbento@gmail.com

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo compreender a concepção de instrução pública vigente nas primeiras décadas da República em Alagoas através da análise de discursos materializados em um decreto governamental alagoano. Foram selecionadas sequências discursivas do Decreto nº. 1.140 de 19 de setembro de 1925, buscando responder as seguintes questões: qual a função da instrução pública no período? Como o discurso voltado para a higiene, patriotismo e moral interferiam na regulamentação da instrução pública? Para tanto, recorreremos ao referencial teórico da Análise do Discurso filiado a Michel Pêcheux, segundo o qual o discurso é entendido como prática social, lugar de materialização da ideologia. Onde, para se compreender um discurso é necessário entender as suas Condições de Produção que nos revelam as relações do sujeito e sua participação na produção social. Desse modo, observa-se que as Condições de Produção do Discurso analisado neste artigo dizem respeito às influências em âmbito nacional e estadual do projeto social-político-cultural e também educacional dos primeiros anos da República que visava a formação do cidadão sob a luz da ciência e dos valores morais e cívicos, buscando garantir a propagação das ideias republicanas.

PALAVRAS-CHAVE: Instrução Pública. Discurso. Patriotismo. Moral. Higienismo.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo compreender a concepção de instrução pública vigente nas primeiras décadas da República em Alagoas através da análise de discursos materializados em um decreto governamental alagoano de 1925. Este estudo será norteado pelos pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso (AD) francesa, filiada a Michel Pêcheux. A partir desse referencial, foi possível entender que estes decretos não apenas regulamentavam a instrução pública como também (re)velavam o pensamento ideológico positivista e o projeto político-social para a República. Na AD compreende-se que a língua materializa o discurso e são considerados os seus elementos históricos, sociais, culturais e ideológicos para compreender esse discurso. Ao eleger o discurso como objeto de estudo da AD,

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 ON-LINE
Maceió - Alagoas - Brasil
Universidade Federal de Alagoas
Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

Pêcheux nos mostra que o discurso é prática social, é “palavra em movimento, prática de linguagem” (ORLANDI, 2009, p. 15). A AD tem como função, explicar como o discurso produz sentidos, esclarecendo as relações destes sentidos com a ideologia.

Segundo Florêncio *et.al.* (2009, p. 25), “todo discurso é produzido socialmente, em um momento histórico”. Ele não nasce a partir do nada, mas sim de um trabalho sobre outros discursos, se materializando para responder as necessidades colocadas pelas relações entre os homens, para a produção e reprodução de sua existência. Se faz necessário então, compreender as Condições de Produção do Discurso, que segundo Amaral (2005, p. 35),

estão relacionadas à totalidade do processo sócio-histórico, um processo social em movimento que supõe indivíduos em relação com a cultura, a sociedade e a economia, tudo isso constituindo a substância da história. O que se destaca na noção de condições de produção não é a situação empírica, as circunstâncias imediatas que constituem o ‘contexto’ no qual o discurso foi produzido; é a representação da situação empírica no imaginário histórico-social, a ‘exterioridade constitutiva do discurso’.

As Condições de Produção do Discurso possuem duas dimensões: amplas que dizem respeito às relações de produção do discurso com sua carga sócio-histórico-ideológica e atuam no processo de constituição de sentidos, trazendo à memória discursiva, buscando aquilo que foi produzido anteriormente pelas instituições; e estritas, que dizem respeito às condições imediatas da enunciação que são importantes para a sua formulação (FLORÊNCIO *et. al.*, 2009). Para analisar o discurso materializado no decreto governamental alagoanos das primeiras décadas da República, se faz necessário entender as suas Condições de Produção amplas e estritas. Faremos isto a seguir.

2 AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO SOBRE A INSTRUÇÃO PÚBLICA ALAGOANA

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 ON-LINE
Maceió - Alagoas - Brasil
Universidade Federal de Alagoas
Centro de Educação



A República foi tida como um marco zero na educação, como um lugar de origem das ideias de escolarização elementar e das políticas de institucionalização, disseminação e democratização da educação escolar no Brasil. Segundo Saviani (2007, p. 169) algumas tensões nortearam o pensamento pedagógico e a política educacional da época, pois

[...] a reforma do regime político deveria ter sido consequência da reforma moral do povo brasileiro. Mas uma vez que foi invertida a ordem do processo e instalada a República antes da formação moral republicana, urge corrigir essa afoiteza, concentrando todos os esforços na reforma educacional.

Buscam-se então, reformas educacionais para que a educação do país se adeque ao novo regime político e que também esteja alinhada com o projeto social, político e cultural da República, para que possa ser mais um instrumento de propagação das ideias republicanas. Apesar de existir uma preocupação com a escolarização e com a sua extensão a camadas mais amplas da população, ela não aconteceu do jeito que se esperava, pois, essa ampliação será realizada de maneira bastante limitada. A realidade vivida não correspondia àquela projetada pelos sonhos republicanos. No entanto, são colocados objetivos para a educação brasileira,

considerando então, como base da reforma a reconstrução do caráter nacional e do sentimento nacional do povo brasileiro, definindo como eixos da nova organização do ensino **a educação do caráter, a educação cívica, a educação física** e o papel da mulher como educadora do caráter das novas gerações. (SAVIANI, 2007, p.169) [grifo nosso]

“A educação do caráter, a educação cívica e a educação física” serão alguns dos principais pilares da reforma educacional durante as primeiras décadas da República, tendo como objetivo transformar a educação em aparelho ideológico para a disseminação do projeto republicano. A educação do caráter estava voltada para a moral do estudante com a máxima, bastante propagada inicialmente por Ruy Barbosa, durante o Império, de que a escola é a “instituição que tem por finalidade garantir a ordem social” (PATTO, 2007, p. 251), reafirmando que com as escolas cheias, as

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*
Maceió - Alagoas - Brasil
Universidade Federal de Alagoas
Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

cadeias ficariam vazias, acreditando-se que o sujeito com instrução não cometeria crimes. A educação cívica tem como objetivo desenvolver um sentimento de pertencimento ao país e respeito pela pátria. Esses elementos eram basilares na educação da Primeira República e explicitamente propagados. Por último e não menos importante, a educação física.

É necessário compreender que a educação física aqui é entendida como uma educação voltada para a higiene do corpo, buscando o ideal de corpo saudável. Valendo-se dos altos índices de mortalidade infantil e das precárias condições de higiene de adultos e crianças, o higienismo monta um legado sobre a família e a educação escolar, impondo uma educação física, moral, intelectual e sexual inspirada em preceitos sanitários. Segundo Costa (1979, p. 12) “esta educação, dirigida sobretudo às crianças, deveria revolucionar os costumes familiares. Por seu intermédio, os indivíduos aprenderiam a cultivar o gosto pela saúde, exterminando, assim, a desordem higiênica dos velhos hábitos”.

Estas ideias tiveram início ainda durante o Brasil Colônia, no entanto durante o Período Republicano, a ascensão da burguesia possibilitou uma nova maneira de reorganizar as vivências familiares e domésticas, com a influência da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e suas ideias “inovadoras” sobre higiene e saúde que foram se espalhando aos poucos entre as famílias das classes altas (D’INCAO, 2009). É importante salientar os benefícios que a disseminação das ideias sobre higiene trouxe para a população, no que diz respeito ao progresso científico que foi fundamental para a não propagação de mais doenças e endemias, porém “não se trata de negar ou desvalorizar a importância destes fatos. O que importa é notar que a própria eficiência científica da higiene funcionou como auxiliar na política de transformação dos indivíduos em função das razões de Estado” (COSTA, 1979, p. 32).

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 ON-LINE
Maceió - Alagoas - Brasil
Universidade Federal de Alagoas
Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

Em Alagoas, a ordem republicana exigia um discurso voltado para a importância da instrução para colocar a nação no mesmo patamar dos países civilizados do mundo. No entanto, Tenório (1997, p. 31) nos diz que

os que percebiam os insulsos sinais de conflito entre a velha civilização agrário-comercial do século XIX e a nova civilização urbano-industrial do século XX sabiam da importância dos formadores de hábitos e disseminadores de novos padrões culturais, para os quais a instrução é peça fundamental. **E para garantir a sobrevivência de sua classe ou para chegar ao cume, preparar-se é certo, se não eles próprios que já não precisam, mas seus herdeiros [...].** Daí o esforço do governo maltino e de seus adversários que o afastaram em 1912 em manter uma retórica pró-instrução e garantir o mínimo de expansão da rede pública de ensino, exaltando-a nos documentos oficiais como uma das suas prioridades. [grifo nosso]

Com a evidente distância entre o dito e o feito, as escolas de Alagoas se mantinham como espaços precários, sendo consideradas “infectos casebres, privadas de todo o conforto, onde se imobilizavam diante de um indivíduo arvorado em professor algumas dezenas de alunos a se imbecilizarem nas rotineiras tarefas do silabário, da tabuada e do catecismo” (COSTA, 2011, p. 49). Com as dificuldades de efetuar um ensino de qualidade, Alagoas estava entre um dos estados com maior número de analfabetos. Dentro desse contexto estava a figura do professor que, que nesse processo era apontado como um dos principais culpados para o não desenvolvimento da instrução no Estado. Os professores eram os responsáveis por providenciar o seu local de trabalho, o mobiliário necessário assim como os materiais a serem utilizados nas aulas. Além dos problemas de cunho estrutural que prejudicavam o desenvolvimento de um trabalho de qualidade, a formação dos docentes era outro ponto deficiente.

Segundo Verçosa (1997, p. 125-126), no relatório de 1905 o Diretor da Instrução Pública de Alagoas, Alfredo Rego, ao falar sobre o magistério, afirma que a profissão estava “a confundir-se com os meios de vida ordinários, simples ganha-pão de umas tantas mediocridades, que a exploravam com a sofreguidão de quem não tem aptidão para mais nada”. No âmbito dessas Condições Amplas e Estritas de

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*
Maceió - Alagoas - Brasil
Universidade Federal de Alagoas
Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

produção do discurso sobre a instrução pública faremos a nossa análise, a partir de sequências discursivas selecionadas de decretos governamentais das primeiras décadas da República.

3 O DISCURSO SOBRE A HIGIENE, PATRIOTISMO E MORAL NO DECRETO GOVERNAMENTAL ALAGOANO

Faremos agora a análise das sequências discursivas que selecionamos do Decreto Governamental nº. 1.140, de 19 de setembro de 1925, buscando responder as seguintes questões: qual a função da instrução pública no período? Como o discurso voltado para a higiene, patriotismo e moral interferiam na regulamentação da instrução pública? Para isso precisamos compreender uma das categorias mais importantes da AD que é a de Formação Ideológica. Segundo Florêncio *et. al.* (2009, p. 69) “as formações ideológicas são representadas pela via de práticas sociais concretas, no interior das classes em conflito, dando lugar a discursos que põem à mostra as posições em que sujeitos se colocam/são colocados”.

A Formação Ideológica comporta posições de classe, e é caracterizada justamente por produzir sentidos que discursivamente procuram camuflar os conflitos e deixam passar a ideia de ausência de contradições de classes. Ela determina os sentidos das palavras porque as inserem nos processos discursivos das Formações Discursivas que representam. Orlandi (2009, p. 43) afirma que uma Formação Discursiva “se define como aquilo que em uma formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada – determina o que pode e deve ser dito”. A Formação Discursiva determina “o que pode e deve ser dito” a partir do lugar, da posição social, histórica e ideológica de quem enuncia o discurso.

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*
Maceió - Alagoas - Brasil
Universidade Federal de Alagoas
Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

A partir das Condições de Produção estudadas, podemos afirmar que as sequências discursivas a serem analisadas abaixo estão inseridas em uma Formação Ideológica Positivista e dentro de três Formações Discursivas, como veremos a seguir.

Iniciaremos a nossa análise com a **SD1** e a **SD2** que mostram um pouco sobre a inspeção de saúde de professores, funcionários e alunos da escola, inscrevendo-se em uma Formação Discursiva Médico-Higienista.

SD1 - Art. 5.º Compete ao Governador do Estado, como suprema autoridade do ensino: [...] 9. Designar as comissões medicas que tenham de servir na inspecção de saúde dos professores e funcionarios da Instrucção Publica e o local em que se deve realizar a inspecção. (ALAGOAS, 1925, p. 117)

SD2 - Art. 18.º Ao Director de grupo escolar, no estabelecimento que dirigir, compete: [...] 18. comunicar ás autoridades sanitarias os casos de molestia contagiosa verificada nos alumnos ou professores. (ALAGOAS, 1925, p. 122 - 124)

A **SD1** nos diz que o Governador do Estado, tinha a tarefa de “designar comissões médicas para inspecionar a saúde dos professores e funcionários da Instrução Pública” e a **SD2** apresenta o Diretor Escolar como um fiscal diário tendo a tarefa de comunicar as autoridades sanitárias, caso houvesse algum caso de moléstia contagiosa entre o corpo docente e discente. Durante as primeiras décadas da República o país sofreu com endemias, as condições precárias de saúde e higiene da população contribuíam para a proliferação de doenças, portanto, o Estado viu a necessidade de intervir na prevenção de problemas de saúde pública. Segundo Costa (1979, p. 29),

a noção chave deste acordo [entre o Estado e a Medicina] foi a salubridade¹. A questão da salubridade levantada pela medicina ligou-se, de imediato, ao interesse do país. As epidemias, as febres, os focos de infecção e contágio do ar e da água sempre foram fantasmas [...]. A população era dizimada por ocasião dos surtos epidêmicos e nos períodos intercríticos apresentava uma taxa de mortalidade elevada. A burocracia era impotente para debelar o caos sanitário, pois não dispunha do apoio econômico da metrópole para drenar pântanos, calçar ruas, regulamentar o comércio de alimentos, construir esgotos, etc., nem possuía recursos técnicos de controle da população.

¹ Qualidade do que é salubre, favorável a saúde.

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 ON-LINE
Maceió - Alagoas - Brasil
Universidade Federal de Alagoas
Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

A pressão populacional e as exigências higiênicas da nova camada urbana pressionaram e mostraram a necessidade de mudanças. Para isso a medicina passa a caminhar lado a lado com o Estado. Essas questões afetavam inclusive a contratação de professores, como podemos ver na **SD3** abaixo.

SD3 - Art. 176.º Para que sejam admittidos á prova de capacidade profissional para a 1.ª nomeação, devem os candidatos requerer ao Director Geral da Instrucção Publica, na epoca regulamentar, sua inscripção, com documentos que provem: [...] 2º não soffrerem de molestia infecto-contagiosa, repugnante ou que os incompatibilise com o exercicio do magisterio; 3º terem bõa conducta civil e moral, attestada pelas autoridades do municipio onde residem; 4º terem sido vaccinados a menos de 3 annos. (ALAGOAS, 1925, p. 155 - 157)

Na **SD3** podemos ver que os professores para ter sua 1ª nomeação, precisavam da comprovação de não sofrerem de nenhum tipo de doença infectocontagiosa, ou doença repugnante² que os impedissem/atrapalhassem de exercer as funções do magistério, além da necessidade de atestar estarem em dia com as vacinas obrigatórias. Percebemos também na **SD3**, inscrevendo-se em uma Formação Discursiva da Moral, a necessidade de comprovação da boa conduta civil e moral e para isso era necessário um documento das autoridades do município atestando tal conduta. Segundo Castanha (2015, p. 18):

cabia ao inspetor geral e/ou paroquial fazer uma triagem dos poucos candidatos que desejavam ocupar o cargo de professor por meio de concurso público. O inspetor deveria levar ao conhecimento do governo, com as mais precisas informações, requerimentos dos candidatos na véspera dos concursos. No tocante aos professores, que já exerciam o cargo, cabia ao inspetor, atestar sobre a moralidade, assiduidade e comportamento dos professores no desempenho de suas obrigações. Não bastando isso, poderia ainda empregar todos os meios possíveis para avaliar os talentos e comportamento moral e civil dos professores, a fim de informar a respeito do estado do ensino público.

² Entendidas aqui como doenças que, na época, provocavam a repulsa, o nojo. Doenças que tinham manifestações e sintomas visíveis como doenças de pele.

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*
Maceió - Alagoas - Brasil
Universidade Federal de Alagoas
Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

A **SD4** também nos aponta mais questões referentes a moralidade necessária para exercer o magistério, segundo o regulamento vigente:

SD4 - Art. 89.º Não podem dirigir ou exercer o magisterio em estabelecimentos de ensino particular: a) os individuos pronunciados por despacho definitivo; b) os que tiverem sido condemnados por crime infamante; c) os ebrios habituaes e jogadores de profissão; d) os que exercerem ou tiverem exercido profissões consideradas ilicitas; e) os professores que tiverem sido exonerados por incapacidade profissional. (ALAGOAS, 1925, p. 139)

Os professores considerados imorais não tinham como exercer a profissão, nem no ensino particular. Segundo a **SD4**, ficavam impedidos de dirigir ou exercer o magistério, professores que tinham sido condenados por crimes, mantivessem vícios como bebida e jogo, que tivessem exercido profissões ilícitas ou exonerados anteriormente devido a incapacidade profissional. O professor deveria ser um exemplo impecável de moral e conduta para seus alunos. A **SD5** nos mostra alguns dos deveres dos professores segundo o Decreto governamental de 1925.

SD5 - Art. 267.º São deveres do professor: [...] 3.º comparecer pontualmente á aula, trajando com decencia e proceder aos trabalhos escolares até á hora regimental; 4.º manter a ordem, disciplina e regularidade na sua escola; [...] 6.º desenvolver a intelligencia dos alumnos, inculcar-lhes o amor ao estudo e o sentimento do dever, dando-lhes, pela irreprehensibilidade da conducta, exemplos de moralidade e de zelo pelas instituições republicanas; [...] 19.º comparecer ás solemnidades da escola; 20º commemorar as datas de gala nacional e estadual; [...] 22.º fazer por todos os meios a seu alcance a propaganda contra o analphabetismo e a favor do registro civil e da vaccina contra a variola; 23.º zelar pela saúde dos alumnos, educando-os tambem physicamente. (1925, p. 169 - 172)

A **SD5** enuncia a obrigatoriedade do professor manter a ordem, a disciplina e a regularidade na escola. Identificamos no discurso materializado na **SD5** uma filiação a ideologia vigente no Império, segundo a qual estando as escolas cheias, futuramente as cadeias estariam vazias. Segundo Patto (2007, p. 253),

o principal argumento a favor da obrigatoriedade ou “coercitividade legal” da educação era seu poder comprovado de reduzir a criminalidade, o que

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*
Maceió - Alagoas - Brasil
Universidade Federal de Alagoas
Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

justificava a imposição truculenta, se preciso fosse, da frequência à escola às crianças do povo [...] Na linha de frente da realização dessa meta estava o controle rigoroso dos dados escolares e a atualização permanente das estatísticas.

Os professores precisavam manter a ordem, disciplina e regularidade em sua sala. A **SD5** ainda nos mostra que os professores eram os responsáveis por desenvolver a inteligência dos alunos e fazer com que eles desenvolvessem o amor ao estudo e o sentimento de dever. Schueler e Magaldi (2008, p. 45) nos dizem que

as mensagens de caráter moralizante e cívico foram amplamente propagadas pela escola pública primária, por meio de formas diversas, como a presença de símbolos patrióticos no dia-a-dia da escola e nas situações festivas, o enlaçamento do tempo escolar ao calendário cívico, as leituras prescritas aos alunos, entre outras.

Esses elementos eram basilares na educação da Primeira República e explicitamente propagados, podendo ser considerados pertencentes a Formação Discursiva do Patriotismo, segundo a qual era tarefa do professor desenvolver essas características em seus alunos fazendo com que eles tivessem um sentimento de pertencimento ao país. Caso não respeitassem as normas e não realizassem esse controle da frequência do aluno, os professores ficavam sujeitos a punições que iam desde suspensões a desligamento de suas funções.

O trabalho do professor estava para além da sala de aula, assim como era fiscalizado, ele também fiscalizava seus alunos, segundo a hierarquia. Segundo Costa (1979, p. 30), “a estratégia do Estado esbarrava frequentemente nos hábitos e condutas da tradição familiar o que levava os indivíduos a não se sujeitarem aos objetivos do Governo”. A escola foi utilizada como um aparelho de propaganda dos ideais de higiene e saúde, e o professor, utilizado obrigatoriamente, como um aliado do projeto político-social republicano.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 ON-LINE
Maceió - Alagoas - Brasil
Universidade Federal de Alagoas
Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

Concluimos que a educação brasileira durante as primeiras décadas da República foi influenciada pelo ideário positivista que buscava moralizar a educação, tendo como objetivo a manutenção da ordem. Portanto na AD podemos falar de uma Formação Ideológica Positivista. Seja na admissão dos professores, que precisavam atestar sua boa conduta civil e moral, seja na posição ascendente e descendente em que eram colocados professor e aluno. Durante a análise identificamos relações entre os discursos ali materializados e três Formações Discursivas identificadas nas Condições Amplas de Produção do Discurso que são: a Formação Discursiva da Moral; a Formação Discursiva do Patriotismo; e a Formação Discursiva Médico-Higienista. Observamos essas influências na inspeção de saúde, onde professores, funcionários da escola e alunos, estavam em constante observação para a identificação de sinais de doenças infectocontagiosas; na delimitação dos deveres dos docentes, que precisavam garantir a ordem, disciplina e assiduidade de seus alunos; na obrigatoriedade dos professores em participar das celebrações cívicas e o dever de inculcar em seus alunos a leitura de materiais que contribuíssem para a moralização e o amor a pátria; além de cursos especiais para que os professores se tornassem agentes de propaganda para o discurso médico-higienista. Com este trabalho esperamos contribuir para a História da Educação em Alagoas.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS (Estado). Decreto nº. 1.140, De 19 de setembro de 1925. **Colleção de Leis e Decretos do estado de Alagoas, promulgados em 1925.** Volume II. Off. Grapf. Da Casa Ramalho. Maceió. 1925.

AMARAL, Maria Virgínia Borges. **Discurso e relações de trabalho.** Maceió: EDUFAL, 2005.

CASTANHA, André Paulo. **Pedagogia da moralidade: a Ordem Civilizatória Imperial.** 2015. Disponível em:
<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_014.html>
Acesso em 11.set.2020.

VII SEMANA INTERNACIONAL
DE PEDAGOGIA
AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA:
CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 ON-LINE
Maceió - Alagoas - Brasil
Universidade Federal de Alagoas
Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. vol. 5. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

COSTA, João Craveiro. **Instrução pública e instituições culturais de Alagoas e outros ensaios**. Alagoas: Edufal, 2011.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. IN: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

FLORÊNCIO, Ana Maria Gama; MAGALHÃES, Belmira; SOBRINHO, Helson Flávio da Silva; CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira. **Análise do Discurso: fundamentos & práticas**. Maceió: EDUFAL, 2009.

PATTO, Maria Helena Souza. "Escolas cheias, cadeias vazias": nota sobre as raízes ideológicas do pensamento educacional brasileiro. IN: **Estudos Avançados**. [online]. vol. 21. n. 61. São Paulo. 2007. pág. 243-266. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n61/a16v2161.pdf>> Acesso em: 24. abr. 2014

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

SAVIANI, Demerval. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. Campinas – SP: Autores Associados, 2007.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação Escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. IN: **Tempo**. 2008. pág. 32-55. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v13n26/a03v1326.pdf>> Acesso em: 26.jun.2014

TENÓRIO, Douglas Apratto. **A metamorfose das oligarquias**. Curitiba: HD livros editora, 1997.

VERÇOSA, Élcio de Gusmão. **Cultura e Educação nas Alagoas: História, Histórias**. 2. ed. Maceió: Edufal, 1997.